

**A NOVA "CIVITATE DEI" - O BEM DE FAMÍLIA NO DIREITO PORTUGUÊS E BRASILEIRO E A DIMENSÃO FAMILIAR DA DIGNIDADE HUMANA****THE NEW "CIVITATE DEI" - THE FAMILY AND THE RIGHT AND BRAZILIAN PORTUGUESE AND FAMILY DIMENSION OF HUMAN DIGNITY****Mónica Romano<sup>1</sup>****Rui de Moraes Damas<sup>2</sup>****Resumo**

O conceito de dignidade da pessoa humana emerge da necessidade de proteger a pessoa humana na integralidade das suas várias dimensões, e só ganha pleno significado e alcance quando articulado com os princípios constitucionais e com os diversos direitos fundamentais, nomeadamente o direito à habitação. A casa de morada de família sendo um elemento estruturante da organização familiar torna-se, pois, num instrumento básico para a realização dos valores mínimos da dignidade da pessoa humana, na sua dimensão familiar. Numa época de especial crise económica urge encontrar mecanismos que possibilitem uma protecção mais eficaz da casa de morada de família. O ordenamento jurídico português que consagra constitucionalmente a inviolabilidade da dignidade da pessoa humana, a protecção da família e o direito à habitação, atribui peculiar vulnerabilidade à casa de morada de família, permitindo que esta seja penhorada. O instituto do bem de família, que encontra a sua gesta no Homestead norte-americano, pode preconizar uma solução exequível e possível para a protecção da casa de morada de família de terceiros. No Brasil, encontra-se instituído desde 1916. No direito português este instituto vigorou entre 1920 e 1977 assumindo a nomenclatura de "casal de família". Trataremos de analisar o regime jurídico deste instituto no direito Brasileiro vigente e examinar o *modus operandi* do "casal de família" em Portugal. Tendo em conta a crise económica que afecta as famílias, é mister questionar se devemos proteger a casa de morada de família não só de terceiros, mas também dos seus próprios membros. Outrossim, somos a questionar se o ordenamento jurídico português deve voltar a contemplar a existência do "bem de família" ou do "casal de família". É nosso entendimento que tal concepção seria um estímulo à família, ao fortalecimento dos seus valores, ao recrudescimento dos seus laços e resolveria um problema social premente. Concluiremos, então, que o Direito Português deve voltar a contemplar o "casal de família" e proporemos a forma e o modo em que este deve ser instituído, tendo como fim último cumprir a dimensão familiar da dignidade da pessoa humana que a Constituição e vários preceitos de direito internacional impõem.

**Palavras-chave:** dignidade humana; direito à habitação, bem de família; casal de família, Homestead.

**Abstract**

The notion of human dignity arises from the need to protect the human person in its various dimensions, and only gains full meaning when articulated with the constitutional principles as well

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Portucalense, Doutora pela Universidade de Paris II - Assas-Panthéon. E-mail: mmartinez@upt.

<sup>2</sup> Licenciado em Direito pela Universidade Portucalense, Mestrando em Direito na Universidade Portucalense, Colaborador como Investigador no Instituto Jurídico Portucalense. E-mail: rui.mf.damas@gmail.com

with the various fundamental rights, including the right to housing. The family dwelling house as pillar of family organization becomes, therefore, a basic tool for achieving the minimum values of human dignity. In a special economic crisis period is urgent to find mechanisms to enable more effective protection of the family dwelling house. The Portuguese legal system that constitutionally protects the inviolability of human dignity, the family and their right to housing, attributes peculiar vulnerability to the family dwelling house, allowing it to be morgen. The institute "bem de família", which finds its origins in the U.S. Homestead, can advocate a feasible and possible solution for the protection, from thirds, of the family dwelling house. In Brazil, called "bem de família", it is established since 1916. In Portuguese law the institute was in force between 1920 and 1977 and was called "Casal de Família." We will try to analyse the legal framework of this institute in the current Brazilian law and examine the modus operandi of the "Casal de Família" in Portugal. Taking into account the present-day economic crisis that affects families, it is necessary to raise the question whether we should protect the family dwelling house not only from others, but also from its own members. Furthermore, we are questioning whether the Portuguese legal system should return to contemplate the existence of the "casal de família". It is our understanding and perception that such legal institute would be a stimulus to the family, to the strengthening of its values, to the resurgence of their ties and it will solve an up-to-date social problem. We conclude, then, that the Portuguese law must return to contemplate the "casal de família" and we propose the form and manner in which it must be established, with the ultimate goal to fulfil the family dimension of human dignity that the Constitution and several articles of several international law's imposes.

**Keywords:** human dignity; housing rights; family law; Casal de família, Homestead.

## INTRODUÇÃO

É opinião consagrada que vários países do sul da Europa, e nomeadamente Portugal, atravessam uma sistémica, profunda e dramática crise económica. Esta desventura trouxe graves consequências sociais que se traduziram numa evidente pauperização da sociedade e, muito em particular, das famílias.

Um dos sinais visíveis do empobrecimento foi o aumento exponencial dos processos de execução de habitações. Facto que releva ainda mais se considerarmos que a política habitacional portuguesa, protegida através do artigo 65 nº3 da Constituição, se caracteriza pelo predomínio da habitação própria tendo o mercado de arrendamento exígua expressão, ao contrário do que sucede em muitos outros países.

Curiosamente, o ordenamento jurídico português que consagra constitucionalmente a inviolabilidade da dignidade da pessoa humana, a protecção da família e o direito à habitação, não preconiza uma protecção efectiva da casa de morada de família, permitindo que esta seja penhorada (Acórdão do Tribunal Constitucional nº 649/99, de 24 de Novembro de 1999 e Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães de 07 de maio de 2003 e de 25 de março de 2010).

Situação bem diferente sucede no Brasil, onde se encontra instituído o bem de família, que como veremos, se traduz num meio eficaz de protecção da casa de morada de família, porquanto esta se torna, em princípio, impenhorável.

No Brasil, a par da dignidade da pessoa humana, a propriedade exerce uma função social preponderante, protegida pelo artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

Em Portugal, a função da propriedade nunca foi pacífica e jamais conseguiu perder uma porosidade política que advém quer das lutas liberais quer das características fundiárias em que se forjou a própria nacionalidade, miríades de pequenas propriedades no norte e centro, e grandes latifúndios no sul. Na verdade, uma das contendas que opuseram as hostes Liberais às absolutistas foi precisamente a questão dos morgadios; por outro lado a extinção dos vínculos jurídicos que a legislação liberal consagrou foi alvo de acesos debates na sociedade portuguesa de então. Ficou célebre a oposição que Alexandre HERCULANO fez aos morgadios através dos seus opúsculos (1866:186). A favor dos morgadios discursou também no senado, em 8 de Janeiro de 1919, Xavier CORDEIRO (1933:22) nestes termos:

“Durante todo o período em que os senhores deputados da Nação, no seu zelo libertador, estiveram preparando o salto da desvinculação, apenas, que

me conste, se apresentou no parlamento uma representação da Câmara suburbana dos Olivais, pedindo a extinção dos vínculos; - o da Câmara dos Olivais, note-se bem, em cujo concelho não existia nem a grande acumulação de propriedade, nem os largos tratos de terrenos (...) nem nenhum desses inconvenientes económicos que se atribuíam erradamente à existência dos vínculos. Seria então o descontentamento e revolta dos filhos segundos, contra a desigualdade da divisão do património? Também não; Porque estes não só não apareciam a reclamar, mas é até pela pena erudita de um secundogénito, D. António de Almeida da Silva Saldanha, doutor em direito, que se ergue (...) a mais acalorada e lúcida defesa da tradicional instituição”.

Acresce, ainda, o facto de a própria instituição do bem de família, o casal de família, que entre nós vigorou entre 1920 e 1977, ter sido antecedido de discussões que se eternizaram durante décadas, tornando reduzida a sua implantação. Segundo Hipólito RAPOSO “ É para estranhar que uma instituição com mais de doze anos de vida legal, não fosse até agora compreendida por ninguém nas suas vantagens, permanecendo letra morta, quando cresce e mais se patenteia a sua necessidade social.” (Cordeiro, 1933:9).

Porém, mercê da crise que assola o país, urge formular três perguntas: 1- Compreende o conceito de dignidade da pessoa humana uma dimensão de protecção do direito à habitação? 2- Abrange este axioma uma dimensão de protecção da família? 3 - Devem Portugal e os portugueses implementar ou reforçar a protecção da casa de morada de família?

A estas questões procuraremos dar resposta. Porém e, conforme demonstraremos, afiançamos, desde já, que a resposta será afirmativa porquanto a dimensão familiar e a protecção do direito à habitação, nomeadamente no que toca à casa de morada de família, são indissociáveis do conceito de dignidade da pessoa humana; por outro lado, a questão da função social da propriedade, i.e., no caso em apreço, a função familiar da propriedade é essencial para garantir a sobrevivência e a estabilidade económica das famílias portuguesas, mediante a conservação do património familiar (Martinez de Campos, 2013:51).

A abertura à Europa e ao mundo tem-nos oferecido uma sociedade normalizada, uma sociedade controlada pelas tecnociências, que nos obsequeia com uma direcção única. Mas Portugal e os portugueses, sentem os efeitos numismáticos do mercantilismo, quando vêem as suas propriedades arrestadas, as suas casas vendidas, as suas famílias em perigo.

É nosso ensejo trazer para a discussão a dimensão familiar da dignidade da pessoa humana. É nossa vontade demonstrar que o direito à habitação, mormente da casa de morada de família, não é um conceito meramente académico, de consagração constitucional e efectivação etérea. Trataremos de revelar que é imperiosa uma solução para o problema da penhorabilidade da casa de família. Uma solução poderá passar pela instituição, no ordenamento jurídico nacional, do bem

de família. É nosso entendimento que tal concepção seria um estímulo à família, ao fortalecimento dos seus valores, ao recrudescimento dos seus laços e resolveria um problema social premente.

O argumento de que este tipo de solução apenas aproveita às classes mais abastadas será analisado e, demonstraremos que o mesmo não encontra acolhimento porquanto as sociedades familiares já há muito resolveram o problema da manutenção e da transmissão do património familiar dos clãs mais privilegiados.

## DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Em primeiro lugar e, antes de formularmos as respostas às questões enunciadas, é mister debruçarmo-nos sobre a dignidade do homem.

É neste conceito que se encontra, implícita ou explicitamente, tudo o que importa considerar no que concerne a questões de Direito.

Um dos muitos legados que a civilização grega nos deixou foi a ideia de que a ciência só pode ser do que é e não do que parece. Neste sentido, a ciência jurídica que procura preceituar a acção dos homens segundo postulados que se pretendem universais e tendo em vista a defesa do homem como um fim em si mesmo, tem de o proteger na integralidade das suas várias dimensões. Se o não fizer estaremos a olvidar a sua função social e a sua ontologia enquanto ciência, porquanto parece ser uma ciência mas não é, assumindo-se apenas como uma mera técnica, jurídica por sinal.

No centro do direito encontra-se o ser humano, ele é o início e o fim de qualquer ordem jurídica.

Destarte, a dignidade da pessoa humana, enquanto critério de justiça mínimo e absoluto, apresenta várias dimensões. A ciência jurídica deve, pois, contemplá-las e defendê-las, porquanto são a sua essência.

Ensinarão os estóicos que a dignidade é uma qualidade inerente ao ser humano, distinguindo-os dos demais. Transmitiu o Cristianismo que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus e porquanto atentar contra dignidade humana seria, em última análise, uma violação à vontade do próprio Criador. Foi a partir deste importante legado civilizacional, que TOMÁS DE AQUINO, FRANCISCO DE VITÓRIA, PICO DELLA MIRANDOLA, PUFENDORF, entre muitos outros, alicerçaram a dignidade dos homens como axioma universal, não obstante as diversidades sócio-culturais dos povos e a heterogeneidade física, intelectual e psicológica. Todas as pessoas são detentoras de igual dignidade. Foram, porém, os escritos de EMANUEL KANT que mais

influenciaram o pensamento jurídico. O homem como fim em si mesmo, detentor de dignidade (würden) ao contrário das coisas que apenas tinham preço (preis), é um imperativo categórico. Será precisamente esta dialéctica entre preço e dignidade que retomaremos mais à frente.

Segundo INGO WOLFANG SALRLET (2004:60), a dignidade da pessoa humana consiste na

“qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer acto de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma Vida saudável, além de propiciar e promover a sua participação activa e corresponsável nos destinos da própria existência e da Vida em comunhão com os demais seres humanos”.

Na esteira do pensamento kantiano, GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA (2007:198) indicam três dimensões da dignidade da pessoa humana: “1- A dignidade da pessoa humana como dimensão intrínseca do homem; 2- A dignidade da pessoa humana como reconhecimento recíproco; 3- A dignidade da pessoa humana como valor.”

A dignidade da espécie humana está, pois, assente, sobre a nossa singularidade entre todas as outras espécies e sobre a nossa singularidade de uns em relação aos outros, estando na base do contrato social estabelecido entre a comunidade e o indivíduo e no qual se funda a comunidade jurídico-política. Segundo Jean-Jacques ROUSSEAU (2003:24) “este pacto de associação produz um corpo moral e colectivo composto por tantos membros quantos os votos da assembleia, e esse corpo recebe deste mesmo acto a sua unidade, o seu eu comum, a sua vida e a sua vontade. Esta pessoa pública que assim se forma pela união de todas as outras tinha outrora o nome de cidade e tem agora o de república.”

O artigo primeiro da CRP dispõe que a República Portuguesa é “baseada na dignidade da pessoa humana”; O constituinte Brasileiro de 1988 deixou postulado no seu artigo 1º, III, que o estado de direito democrático que instituíra se funda na dignidade da pessoa humana.

Para além disso, este princípio encontra-se inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Carta Fundamental da União Europeia e na quase totalidade dos ordenamentos jurídicos democráticos. Porém, curiosamente, como nos informa MODERNE (1996:226), a Constituição francesa de 1958 não contempla este preceito, o qual foi objecto de interpretação hermenêutica por parte do Conselho Constitucional, servindo de arrêr de princípio a decisão 94-343-344 DC, proferida em 27 de Julho de 1994.

A dignidade da pessoa humana não é um direito fundamental, consubstancia o Direito em si mesmo, de onde advêm os direitos fundamentais. Os direitos fundamentais são, pois, a

concretização material do conceito de dignidade da pessoa humana. Neste sentido, os direitos políticos e os direitos sociais fazem parte dessa materialização, imprescindível para a efectivação da dignidade da pessoa humana no plano empírico da vida dos cidadãos.

O direito à habitação e o direito à protecção da família tornam-se assim elementos preponderantes do quotidiano das pessoas que o ordenamento jurídico pretendeu salvaguardar, não por razões que se prendam com as influências que o Direito recebe da realidade em cada momento, mas sim porque representam a execução material de importantes dimensões da dignidade humana.

O que nos leva à primeira questão.

## DO DIREITO À HABITAÇÃO

A primeira questão que urge formular é se compreende o conceito de dignidade da pessoa humana uma dimensão de protecção do direito à habitação?

O direito à habitação é imprescindível à realização da condição humana.

Na Declaração Universal dos Direitos do Homem prevê-se que

“ Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade” (art.1.º), que “ a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à protecção desta e do Estado” (art.16.º), que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família (...) o bem estar, (...) quanto ao alojamento (...)” (art. 25.º, nº1) e “ que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade (...) se esforcem (...) por desenvolver o respeito desses direitos (...) e por promover medidas progressivas de ordem nacional” (preâmbulo da declaração). Em tangência, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (art.8.º) e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (art 34.º, nº3). O Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, adoptado pela Resolução nº2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas de 16.12.66, também consagra no art.º 11º, § 1º o “direito de toda a pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive ...moradia adequada” e estabelece o dever, para os Estados, incluindo Portugal que ratificou o pacto através da Lei 45/78 de 11.07, de tomarem as “medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito”.

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à habitação no seu artigo 65.º.

A Constituição Brasileira enuncia no seu artigo 5º a tutela de cinco bens fundamentais: vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade.

O inciso XXIII do artigo 5º da Constituição Brasileiro refere que não basta ser possuidor de uma propriedade, é necessário que essa propriedade cumpra uma função social, dando-lhe um

destino, que é a moradia sob pena de não poder exercer o seu direito. A propriedade assume no ordenamento jurídico Brasileiro uma preponderância assaz, que se prende com a sua função social. A primeira noção de função social da propriedade foi concebida no início do século XX, por LÉON DUGUIT - até então a função social da propriedade era estudada com base na filosofia de MONTESQUIEU, HOBBS, ROUSSEAU, BUSSUET, MIRABEAU, BENTHAM, LOCKE - que por oposição à corrente individualista, defendia que a propriedade enquanto instituição jurídica formou-se para dar resposta às necessidades económicas das pessoas, pelo que teria de compreender, também, uma função comunitária (Duguit, 1913:235). Esta teoria foi amplamente positivada na América Latina, nomeadamente no México e no Brasil.

As doutrinas hodiernas brasileiras veem a função social da propriedade como elemento essencial à propriedade (Benjamin, 1997; Azevedo, 2002 e 2007; Czajkowski, 2002). No fundo, não existe propriedade sem função social. Esta função social está umbilicalmente ligada ao direito à habitação e encontra o seu escopo na protecção da casa de morada de família, que no direito brasileiro se consubstancia no bem de família, como teremos oportunidade de analisar. Esta visão da propriedade, e da sua respectiva função social, foi concebida sob a égide da dignidade humana, na medida em que a propriedade, nomeadamente a habitação, é intrínseca à própria natureza do Homem, representando condição de existência, liberdade e bem-estar.

Por sua vez, da leitura cuidada do artigo 65 da CRP duas coisas saltam imediatamente à vista, trata-se de uma norma programática e pragmática. Programática porquanto tece as linhas orientadoras da política habitacional do Estado, pragmática porque não deixa dúvidas quanto à materialização efectiva do direito à habitação. Este artigo dispõe:

“1.Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.”.



Não obstante, este preceito constitucional tem sido objecto de uma interpretação muito redutora por parte da doutrina. JORGE MIRANDA, um dos pais fundadores da nossa constituição, considera o direito à habitação como revestindo um carácter essencialmente programático, devendo ser analisado à luz do mínimo social (2000:113;393). Efectivamente, quando falamos do mínimo social, entendemos, à luz de consagrada doutrina (Rawls; Sarlet), que se trata de algo intrinsecamente ligado à realização dos direitos fundamentais, que representam o princípio da dignidade da pessoa humana. O mesmo é asseverar, discordando de JORGE MIRANDA, que o seu conteúdo não é programático, mas sim pragmático, porquanto o princípio da dignidade da pessoa humana é absoluto.

Neste sentido defende GOMES CANOTILHO (1998:431-440) que o artigo 65.º que consagra o direito à habitação, não só é directamente aplicável, como vincula entidades públicas e privadas, por força da conjugação dos artigos 17.º e 18.º da CRP, respeitantes aos direitos, liberdades e garantias.

O artigo 17º da CRP dispõe que “O regime dos direitos, liberdades e garantias aplica-se aos enunciados no título II e aos direitos fundamentais de natureza análoga.”.

Já o artigo 18º da CRP prevê:

“1. Os preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias são directamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas. 2. A lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos. 3. As leis restritivas de direitos, liberdades e garantias têm de revestir carácter geral e abstracto e não podem ter efeito retroactivo nem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo essencial dos preceitos constitucionais.”

É da mesma opinião JORGE REIS NOVAIS (2010:110):

“essa eventual relevância dos direitos sociais na sua dimensão positiva não pode ser invocada como argumento contra a natureza jusfundamental dos direitos sociais. Não se podendo esgotar no mínimo social os efeitos jurídicos dos direitos sociais, por ser um conceito tão vago e nebulosamente definido”.

Destarte, somos a entender que o direito à habitação é um direito fundamental, ligado à dignidade do homem, podendo ser analisado casuisticamente, mas que não deve ser objecto de redução. Sendo um direito fundamental, tout court, impõe-se, per si, independentemente da obrigação de o Estado o regular. Essa regulação terá de ser feita mediante uma interpretação sistemática e hermenêutica do nosso ordenamento jurídico e dos preceitos civilizacionais superiores, onde se inclui a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A dignidade tem, outrossim, necessariamente uma dimensão comunitária e familiar, que garanta a própria sobrevivência e perenidade do Homem, o que nos leva à próxima questão.

## DA FAMÍLIA E DA SUA CASA

A segunda questão que pretendemos colocar é se o conceito de dignidade humana compreende na sua esfera uma dimensão de protecção da família?

Efectivamente, a dignidade do homem pressupõe um conhecimento originário, prévio ao Direito, que tem necessariamente uma dimensão comunitária e familiar, que salvguarde o nosso bem-estar, que assevere a nossa sobrevivência e, que assegure a nossa descendência.

A família é o âmago da ordem social e natural. Segundo Jean-Jacques ROUSSEAU (2003:14) “A mais antiga de todas as sociedades e a única natural é a da família”

Tratando-se de uma realidade sociológica e biológica, pré-existente ao direito e para além do direito, a família é a mais antiga das criações, o princípio e a causa, a melhor forma que o homem encontrou para se proteger e multiplicar e cuja evolução levará a um forçoso regresso ao início (contra Attali, 1999:157), pois qualquer outra forma individualista de organização social apenas cumprirá a sua função pontualmente.

A “Eudomonía” ou bem supremo de ARISTÓTELES, como protecção que acompanha o homem durante toda a vida e gera a harmonia e o equilíbrio entre o homem e o cosmos e que proporciona felicidade, encontra na família espaço privilegiado.

A família encontra-se constitucionalmente consagrada na Constituição Portuguesa<sup>3</sup> e Brasileira<sup>4</sup>. Com esta consagração constitucional, a família torna-se, como ensinam PEREIRA COELHO e GUILHERME DE OLIVEIRA (2001:153), “objecto de uma garantia institucional”. Encontra-se, igualmente, protegida pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem, pela Declaração Universal dos Direitos Do Homem e pela Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia.

Esta protecção da família emerge de um duplo critério, a defesa do escopo individual e a protecção da sociedade (Soares; Campos, 1990:5).

---

3 Dispõe o artigo 36.º, nº1, “*Todos têm o direito de constituir família*”; postula o artigo 67.º da Constituição Portuguesa, “*A família como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros.*”

4 A Constituição Federal Brasileira postula no seu artigo 226.º, “*A família, base da sociedade, tem especial protecção do Estado.*”

Ao mesmo tempo, a habitação, espaço de intimidade e privacidade, abrigo contra as intempéries e lugar essencial para se viver com o mínimo de saúde e bem-estar, é indissociável das sociedades humanas.

A este propósito escreve o eminente jurista português, dos séculos XVIII e XIX, SOUSA DE LOBÃO (1817:1):

“ Depois do dilúvio Universal, enquanto a raça humana não estava tão propagada; os mortais racionais vagavam solitários pelos montes; as cavernas eram as suas habitações contra os rigores dos tempos (...). Qual fosse a causa, porque estes homens selváticos, e vagos, se movessem a congregar-se em sociedade civil, e união, varii varia dixerant: uns com Platão deram por causa a indigência dos homens; outros com Aristóteles, o estímulo da natureza do homem para a vida social; outros derivaram esta sociedade da ordem da mesma natureza; outros fazem Deus autor das cidades, provando-o por dedução de alguns lugares das sagradas Letras: outros atribuem esta união ao impulso do medo da solidão, outros só ao temor das feras, que prevalecendo em forças, os devoraram; outros em fim à prepotência dos homens mais forçosos, e ímpios, que violentavam os homens unir-se ao seu império. Desta união em Sociedade Civil, foi necessário consequente, já para maior segurança dos indivíduos pessoais; já para abrigo contra as adversidades (...); edificar casas (...) formando cidades, vilas e aldeias(...)”

A existência de habitação é intrínseca ao *modus vivendi* humano e indispensável à sua aspiração inata de bem-estar. Segundo SCHOPENHAUER (2001:120), “A motivação principal e fundamental, tanto no homem, como no animal, é o egoísmo, quer dizer, o ímpeto para a existência e o bem-estar.”

Destarte e muito embora a lei não defina o que é a casa de morada de família, podemos entendê-la como o centro referência e aglutinador da unidade familiar, espaço físico imprescindível para essa estabilidade, harmonia e realização ontológica, axiológica e material.

Para GUILHERME DE OLIVEIRA, a casa de morada de família é a “sua sede,” o “lugar onde a família cumpre as suas funções relativamente aos cônjuges e aos filhos e onde assume os seus compromissos perante terceiros”.

Por sua vez, CAPELO DE SOUSA define-a como “a residência habitual do principal agregado familiar, determinável caso por caso, que pela sua estabilidade e solidez seja a sede e o principal centro da maioria dos interesses, aspirações e tradições familiares em apreço”.

LEONOR BELEZA identifica-a como “o lugar onde em princípio habitam os cônjuges e os filhos menores”.

YVES CHARTIER define-a como “centro da vida familiar, onde os cônjuges estão obrigados a uma comunidade de vida. Lugar da residência principal deve responder, por outro lado, a um duplo critério ser real e sério, ser estável”;

LACRUZ BERDEJO vislumbra a casa de morada de família como “uma unidade teleológica na qual se integram a residência habitual e os objectos necessários para a vida em comum incluídos nela”. (Cid, 1996:22-33).

Da mesma forma que, como havia escrito SARTRE, o *pour-soi* não é mais do que a pura utilização do *en-soi*, a casa de morada de família não é mais que a pura expressão da família, sem a qual a família perderia a sua estrutura e seria largada à deriva da teodiceia. Segundo PINTO FURTADO (1992:533) “ parece inquestionável dever reconhecer-se que a habitação, como abrigo e reserva da privacidade familiar, é fundamental ao desenvolvimento da pessoa humana, não sendo aceitável a esta condição uma existência sem tecto”.

Regressando à questão formulada, podemos afirmar que a importância da família no *modus vivendi* humano é de sobremaneira que a indissocia do seu núcleo de dignidade. Porém, questionamos, ainda, se os preceitos que visam proteger a família, compreendem no seu conteúdo a protecção da casa de morada de família.

Para YVES GUYON (1966:23), “a protecção da habitação familiar não constitui um fim em si mesmo, mas um meio de assegurar a estabilidade da família sendo um meio de protecção da família”.

Sendo um meio de protecção da família, a casa de morada de família só pode cumprir a sua função se estiver protegida de terceiros, se não puder ser objecto de execução. Note-se que, quando nos referimos à protecção da casa de morada de família, não é nosso propósito analisar a protecção do direito dos arrendatários/família sobre a casa de morada de família, apenas o direito de propriedade da família sobre a casa de morada de família.

No Brasil, a casa de morada de família, instituída em Bem de família, é, em princípio impenhorável. Ora em Portugal, a situação é bem diferente, podendo ser penhorada. No Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 07-05-2003, podemos ler no sumário:

“1 – a casa de morada de família não é um bem impenhorável; 2- Penhorado o imóvel, casa de morada de família, e que é bem próprio do cônjuge executado, não goza o outro cônjuge do direito de exigir a restrição da penhora de forma a que esta não contenda com a faculdade de usar a casa de morada de família; 3- O cônjuge do executado que resida na casa de morada de família não é titular de qualquer direito real de habitação, nem é possuidor em nome próprio; 4- A norma que admite a penhora de imóvel

que funcione como casa de morada de família não atenta contra o direito constitucional à habitação.”

As normas que permitem a execução da casa de morada de família, em Portugal, poderiam ser consideradas inconstitucionais, porquanto o nosso texto jusfundamental protege a dignidade da pessoa humana, a família, o direito à habitação e porquanto estes direitos fundamentais são, igualmente, protegidos por vários preceitos de direito internacional.

Segundo KANT, as coisas têm um preço e as pessoas, dignidade. A solução mercantilista que o legislador lusitano encontrou inverte este imperativo categórico, aos créditos são atribuídos dignidade e às pessoas, ao seu núcleo essencial de direitos, um preço.

JORGE MIRANDA e RUI MEDEIROS (2005:665-666) não partilham a nossa opinião, considerando:

“que a norma que admite a penhora de um imóvel onde se situa a casa de habitação do executado e seu agregado familiar não viola o direito que todos têm de haver para si e família uma habitação, tanto porque o direito à habitação não se confunde com o direito a ter uma habitação num imóvel da propriedade do cidadão, como porque a penhora, só por si, não priva de habitação quem na casa de morada de família possa habitar”.

Este argumento não nos convence, na medida em que os efeitos da penhora, de que foi objecto a casa de morada de família, nomeadamente a venda, privam a família daquela habitação e, se a família não tiver condições económicas para obter uma outra habitação ficará sem qualquer habitação (o que nos parece verosímil, uma vez que não dispunham de condições financeiras para pôr fim à execução). E este facto só por si, à luz do princípio da dignidade humana que analisámos, não deveria ser admissível.

Porém, pode-se entender que a dignidade humana é Ser e o direito à habitação é Ter. Como se pode ler no acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 5.3.2015:

“ (...) II - A casa de morada de família não consta actualmente do elenco dos bens impenhoráveis do art. 822.º do CPC e deve ter-se como um bem sujeito a penhora, de acordo com a regra enunciada no art. 821.º do mesmo diploma. III - O direito à habitação do cidadão e da família, consagrado no art. 65.º da CRP, não se confunde com o direito a ter casa própria, sendo que o legislador ordinário, não obstante estar ciente da sua importância, não estabeleceu, em homenagem àquele direito, a impenhorabilidade da casa de morada de família, mas apenas algumas defesas (art. 834.º, n.º 2, do CPC, e actual art. 751.º, n.º 3, als. a) e b), do NCPC (2013)). IV - Posto que a penhora, por si só, não priva de habitação quem na casa possa habitar, há que concluir que aquela não atenta contra o direito constitucional à habitação, sendo certo que este não tem cariz absoluto nem se sobrepõe a qualquer outro, nomeadamente, o direito de propriedade, como decorre do art. 824.º, n.º 2, do CC.”.

Mas como referem GOMES CANOTILHO e VITAL MOREIRA (1993:58) “a dignidade da pessoa humana fundamenta e confere unidade não apenas aos direitos fundamentais – desde os direitos pessoais (direito à vida, à integridade física e moral, etc.), até aos direitos sociais (direito ao trabalho, à saúde, à habitação)...”.

Em resumo, a família é a mais antiga e natural organização humana. Impende sobre ela a necessidade inata de se organizar, viver e realizar num espaço habitacional. A casa de morada de família é um meio fundamental para atingir a aristotélica suprema felicidade. Existe uma tendência para uma maior protecção da residência familiar, contudo em Portugal, e ao contrário do Brasil, esta pode ser penhorada, facto que julgamos ser contraditório com os princípios da dignidade humana, do direito à habitação, e protecção da família. É claro que a família é livre, e deve continuar a ser, para tomar as suas decisões, contrair empréstimos, conceder bens em garantia, etc. Mas se por um lado consideramos que o Estado não se deve imiscuir demasiado nas relações familiares, de modo a permitir a existência e livre desenvolvimento da família, por outro deve garantir um certo número de “direitos da família”. É nesta matéria que existem lacunas a nível de legislação ordinária.

Se há um direito à habitação não deveria haver medidas à disposição das famílias para protecção desse direito, tais como o bem de família?

## DO BEM DE FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO

O “bem de família” consiste no imóvel residencial, urbano ou rústico, e nos móveis e utensílios dele constantes, propriedade dos cônjuges ou da entidade familiar, em princípio impenhorável. No Brasil, encontra-se instituído desde 1916. No direito português este instituto vigorou entre 1920 e 1977 assumindo a nomenclatura de “casal de família”.

Embora as suas raízes possam assentar nos antigos vínculos ibéricos (Cordeiro, 1933:22) é consensual na doutrina que o bem de família nasceu na República do Texas, em 1839 com o Homestead exemption act (Bureau, 1895:45). RUFUS WAPLES (1906:74) define-o como “a residência de família, possuída, ocupada, consagrada, limitada, impenhorável e, por diversas formas, inalienável, conforme estatuído na lei”.

A lei do homestead trouxe por um lado a impenhorabilidade dos bens domésticos móveis e por outro a impenhorabilidade dos bens imóveis, onde reside, efectivamente, a originalidade deste instituto e o objecto fulcral da sua abrangência. Este conceito, assumindo várias nomenclaturas, foi adoptado por um conjunto diversificado de países: “Homestead exemption” no Canadá (“bien de

famille” no estado do Québéque), “bem de família” no Brasil (desde 1916), “auberge de famille” na Confederação Helvética, “Bien de famille” na República Francesa (entre 1909 e 2013), “Casal de Família” em Portugal (entre 1920 e 1977) ” e “fondo patrimoniale” na Itália (desde 1942). Além destes, os ordenamentos jurídicos inglês, escocês e da República da Irlanda têm uma solução semelhante. O mesmo é válido em relação à Argentina e ao México.

No Brasil encontra-se instituído desde 1916, como bem de família.

Segundo RICARDO ARCOVERDE CREDIE (2004:20)

“o bem de família pode ser definido como: o direito de imunidade relativa à apreensão judicial, que se estabelece, havendo cônjuges ou entidade familiar, primeiro por força de lei e em alguns casos ainda por manifestação de vontade, sobre imóvel urbano ou rural, de domínio e/ou posse de integrante, residência efetiva desse grupo, que alcança ainda os bens móveis quitados que a guarneçam, ou somente esses em prédio que não seja próprio, além das pertenças e alfaías, e eventuais valores mobiliários afetados e suas rendas”.

SÍLVIO DE SALVO VENOSA (2001:283) entende-o “como uma porção de bens que a lei resguarda com os característicos de inalienabilidade e impenhorabilidade, em benefício da constituição e permanência de uma moradia para o corpo familiar”

Por sua vez VILLAÇA AZEVEDO (2002:93) afiança que “é o meio de garantir um asilo à família, tornando-se o imóvel onde a mesma se instala domicílio impenhorável e inalienável, enquanto forem vivos os cônjuges e até que os filhos completem sua maioridade”.

O ordenamento jurídico brasileiro contempla duas categorias distintas de bem de família, o voluntário e o legal. O Bem de Família Convencional ou Voluntário, encontra-se inserido no livro IV – do direito da família, título II, subtítulo IV do Código civil brasileiro, nos artigos 1.711 a 1.722 do Código Civil, consagrando a impenhorabilidade e a inalienabilidade do bem instituído e regulando-o como lar, morada de família. Por sua vez, o Bem de família legal encontra-se regulado na Lei nº 8.009/90, do qual resulta a impenhorabilidade do bem instituído como abrigo familiar.

A diferença entre os dois tipos de bens de família reside, em primeiro lugar, da natureza da sua instituição, o bem de família voluntário terá de ser instituído e registado como tal, enquanto o legal, não depende do acto de vontade do seu instituidor, pois, basta que estejam reunidos os pressupostos que a lei estabelece. Em segundo lugar, a dicotomia resulta da sua afectação. No primeiro caso, no voluntário, a sua instituição depende do exercício da autonomia da vontade e, uma vez, instituído deve ser afectado à função de lar de família; no segundo, no legal, que também tem por finalidade abrigar a família, esta afectação opera ex lege, advindo a sua natureza imperativa do escopo de salvaguardar a dignidade da pessoa humana.

Salienta-se a existência de exceções à impenhorabilidade e inalienabilidade do Bem de Família Convencional. O bem de família não responde pelas dívidas posteriores à sua instituição, com exceção de algumas dívidas fiscais (tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano e o Imposto Territorial Rural) ou despesas de condomínio. Acresce que a alienação deste bem de família, sendo excepcional, poderá ocorrer por via judicial, com o consentimento dos demais familiares, incluindo os filhos, e desde que seja feita a prova que o produto da venda vai servir para a aquisição da casa de morada de família, do domicílio familiar. O que nos parece uma medida suficientemente protectora da família e da sua habitação. Já o facto do valor do bem de família convencional estar limitado a um terço do património líquido dos seus instituidores (art. 1.711 do CCB) tem sido alvo de críticas. Convenhamos que este limite impede os menos abastados de instituir um bem de família convencional. Porém, foi necessário tomar medidas em defesa dos credores e manter uma parte do património dos instituidores, penhorável.

Estranhamente, o Código Civil de 2002 permitiu inserir uma cláusula, no bem convencional, que possibilita estender os mesmos efeitos de impenhorabilidade a valores mobiliários, tais como, acções e títulos ao portador, que serão utilizados na manutenção e conservação do bem instituído, ou na subsistência da família. Quanto a nós, trata-se de uma cláusula que desvirtua o conceito de bem de família, mesmo que os frutos dos valores mobiliários tenham que ser investidos na preservação e conservação do lar. Trata-se de uma medida permeável a negócios simulados, permitindo facilmente ilidir credores sob o manto protector do bem de família e que estabelece um aparente favorecimento das classes mais abastadas. A este propósito diz DORIA MARTINS (2008):

“Entretanto, infelizmente, a falta de preocupação na formulação de limites quantitativos ao instituto resultou em um quadro comprometido e incoerente, que, conjugado à sua já complexa implementação, dificilmente o habilitará a superar os entraves que, até hoje, relegam o bem de família voluntário ao desuso, apesar de seu potencial.”

Existem diferenças significativas entre o bem de família convencional e o bem de família legal. A constituição deste último decorre directamente da lei, não sendo relevante o valor do imóvel sobre o qual ele incidirá. Basta que se trata da residência da família. Porém, se a família tiver mais do que uma residência habitual, deve-se considerar bem de família o imóvel de menor valor. O imóvel que constitui bem de família legal pode ser alienado voluntariamente pelos interessados. O mesmo não acontece no que respeita ao bem convencional. Outra diferença diz respeito às exceções estabelecidas para cada um dos institutos sobre as regras de impenhorabilidade. O artigo 1715º do Código Civil dispõe que o bem de família voluntário “é isento de execução por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou de



despesas de condomínio”. Já a Lei 8009/90 que instituiu o bem de família legal, no seu artigo 3.<sup>o</sup><sup>5</sup> prevê várias situações em que o bem será penhorável.

Em síntese, o ordenamento jurídico brasileiro contempla duas categorias distintas de bem de família, o voluntário e o legal. Possibilita a existência de bens família, móveis e imóveis, rurais e urbanos. O bem de família é um meio de garantir um asilo à família, tornando-se o imóvel onde a mesma se instala domicílio impenhorável, comportando, porém, algumas exceções.

## DO CASAL DE FAMÍLIA EM PORTUGAL

Após o advento da República, nascida, em muito, do surto industrial e urbano que se inicia com a crise de 1890, Portugal vivenciou um período político conturbado, consubstanciado na plêiade de governos e na degradação financeira do Estado, como escreveu Sousa FRANCO (1997: 213) “a instabilidade política acabou por trazer pela mão a instabilidade económica (...) e a instabilidade consequente”.

Neste cenário, é proclamada, em Dezembro de 1917, a “República Nova”, pelo Presidente Sidónio Pais, que congregava republicanos e monárquicos, nomeadamente os membros do integralismo lusitano, naquilo a que João MEDINA chamou de “uma república feita por monárquicos” (1997: 61) e a qual duraria precisamente um ano.

O integralismo lusitano era um movimento tradicionalista monárquico português, de cariz humanista e vanguardista do qual fizeram parte, entre outros, José Hipólito Raposo, António Sardinha, Pequito Rebello, Xavier Cordeiro e Ramalho Ortigão. Teve origem nos meios mais conservadores da Universidade de Coimbra (Cruz; 1982: 137) e notabilizou-se pela oposição

---

5 Art.º 3º “A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido:

I - em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência e das respectivas contribuições previdenciárias;(Revogado pela Lei Complementar nº 150, de 2015)

II - pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato;

III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida;(Redação dada pela Lei nº 13.144 de 2015)

IV - para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar;

V - para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar;

VI - por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indemnização ou perdimento de bens.

VII - por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação. (Incluído pela Lei nº 8.245, de 1991)

preconizada à República, ao Parlamentarismo e, mais tarde, ao Estado Novo. Segundo Jaime Nogueira PINTO (2007:38), os integralistas muito influenciados pela Action Française de Charles Maurras, iniciam

“uma guerra cultural que, mais que contra a República, é contra as suas bases ideológicas, igualitárias, jacobinas, revolucionárias. Os integralistas distinguem-se disso dos simples monárquicos conservadores e liberais. Atraíam, como Maurras em França, os tradicionalistas, parte dos católicos e importantes sectores militares, técnicos e universitários. Mas iriam ser sempre, quase e só, um núcleo de intelectuais activistas, animando uma elite de jovens e quadros superiores”.

Por seu turno, Filipe Ribeiro de MENESES (2009: 35) considera que “o integralismo lusitano orgulhava-se da sua valia intelectual, com os seus líderes dispostos a vencer a República e outros concorrentes no campo das ideias”.

Os integralistas haviam colaborado com os sidonistas na discussão e elaboração de vários decretos (Raposo, 1945: 38) e na candidatura eleitoral conjunta (Cruz, 1982: 142).

Foi precisamente neste âmbito de estreita cooperação dos integralistas com o regime sidonista, que, foram eleitos para o Senado António Sardinha, Pequito Rebello, o visconde do Sardoal e Adriano Xavier Cordeiro (Cruz, 1982:142). Ora, cabendo aos integralistas, a função de “inspirar doutrina e colaborar em alguns diplomas de renovação política” (Raposo, 1945:36-37), Xavier CORDEIRO apresentou, em 1918, um projecto legislativo que visava a instituição de um património imobiliário impenhorável à semelhança do Homestead Norte-americano, o qual só viria a ser aprovado em 16 de Outubro de 1920, em virtude do assassinato de Sidónio Pais em Dezembro de 1918 e da turbulência que se lhe seguiu. Note-se que, em Janeiro de 1919, Paiva Couceiro havia tentado restaurar monarquia, numa sublevação conhecida como a “Monarquia do Norte” e contando, nas suas hostes, com o apoio de vários integralistas (Medina, 1997:68).

O Decreto nº 7033 de 16 de Outubro de 1920, que instituía o Casal de Família, visava proteger a pequena propriedade agrícola e “defendê-la dos principais elementos de destruição: as hipotecas, a licitação, a desagregação pelo seu sucessivo fraccionamento, resultante dos princípios legais em matéria de sucessão” (preâmbulo do Decreto-Lei nº 18 551, de 3 de julho de 1930).

De facto, mercê da crise, que a primeira grande guerra só veio agravar, era essencial proteger a pequena propriedade agrícola e aumentar a produtividade para reduzir o défice externo – não deixa de ser um paradoxo, como constata António TELO (1997:221) “que um país essencialmente rural tenha de importar uma parte significativa dos seus alimentos. O principal

alimento importado é o trigo (...), mas são igualmente compradas no exterior substanciais quantidades de batatas, arroz, feijão, carne e gado”.

Por outro lado, a família ocupava um lugar central no ideário integralista e o casal de família consubstanciava a protecção da família, do património familiar e a continuidade dos antigos vínculos - como constata António SARDINHA (1959: 286) e Braga da CRUZ (1982:154):

“ a sociedade é constituída por famílias e não indivíduos” e esta, “entendida como unidade básica da sociedade, conjugalmente indissolúvel, subordinada ao “poder pátrio”, restabelecida pela vinculação da terra para assegurar ao casal o bem estar material contra as eventualidades da fortuna, a continuação da casa, do nome e das virtudes dos antepassados (...)”.

Entretanto o regime republicano saído do 5 de Outubro de 1910 havia colapsado após o golpe do 28 de Maio de 1926 e, no decurso, Salazar subiu ao poder.

O ideário do Estado Novo assentava na tríade “Deus, Pátria e Família” ou nos dizeres de Jaime Nogueira PINTO (2007:96) “Religião, Nação, Autoridade, Ordem” e tentava, sintetizar e justapor um conjunto de ideias e movimentos de cariz tradicional e reaccionário. Torna-se, pois, natural que o instituto do casal de família, saído das fileiras integralistas, não tenha sido revogado.

Fosse porque Salazar concebia a família como base da nação – “ Eis, na base, a família, célula social irredutível, núcleo originário da paróquia, da comuna e, portanto da nação.” (Salazar, 1991:59);

Fosse porque havia que segurar as hostes integralistas que começavam a dissidir do regime – como constata Braga da CRUZ (1982:137):

“Na realização dessa síntese política e ideológica de interesses de classe, o salazarismo estabeleceu compromissos, salvaguardando ou sacrificando ora umas ora outras das componentes dos movimentos e ideologias que nele confluíram. Assim procedeu também com o integralismo lusitano”, aduzindo ainda que o integralismo “Bem cedo, porém, se viria dele a demarcar, passando mesmo alguns dos seus mais destacados elementos a engrossar as fileiras da oposição ao regime salazarista”;

Fosse porque acreditava de facto, nos méritos do casal de família:

“ a família exige por si mesma duas outras instituições: a propriedade privada e a herança. Primeiramente a propriedade, a propriedade de bens de que se possa usufruir e mesmo a de bens confinados. A intimidade da vida familiar exige conforto, isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa (...) A família que se abriga sob o seu tecto é naturalmente mais económica, mais estável, melhor constituída. (...) A herança é o reflexo do instituto de perpetuidade na propriedade.” (Salazar,1991:95).

A verdade é que Salazar não só manteve o casal de família, como ampliou o seu âmbito.

Assim, é aprovado o Decreto-Lei nº 18 551, de 3 de Julho de 1930, que revogava o anterior.

Nele se inscrevia que

“qualquer chefe de família poderia constituir um casal de família indivisível e inalienável, o qual pode compreender apenas a casa que o respectivo titular e a sua família habitarem, ou também dependências necessárias para o exercício de qualquer ofício mecânico explorado em benefício da família; (...) Do casal de família, só podem fazer parte os bens imobiliários do instituidor e sobre os quais não pesam qualquer tipo de ónus ou encargo, com excepção de dote, servidão ou enfiteuse; (...) Não é susceptível de penhora ou arresto, é inalienável, exceptuando-se o caso de expropriação ou troca por outros bens.”

Efectivamente, os bens que constituíam o casal de família eram inalienáveis e impenhoráveis (art.º 9). Tratava-se um instituto de adesão voluntária, sendo que o título que servia de base ao seu registo era a certidão homologatória da sua instituição (art.º 36). Apesar do cariz voluntário “os beneficiários das casas económicas (...) são obrigados a constituir com elas um casal de família” (código do registo predial, 1970:16). O que muito releva porque as famílias carenciadas, que adquiriam habitações a custos controlados, não as poderiam alienar ou hipotecar, para a sua própria protecção e salvaguarda. Nesta excepção é patente o espírito que animava o instituto do “casal de família”, proteger e garantir a família.

Outrossim, o Estado Novo foi mais longe e deu-lhe protecção constitucional. O art.º 14 nº1 da Constituição de 1933 protegia o “casal de família”, preconizando que caberia ao Estado e às autarquias locais favorecer a instituição do “casal de família”.

Apesar da protecção que o Ancien Régime atribuiu ao “casal de família”, Hipólito Raposo criticou a sua reduzida implantação (Cordeiro, 1933:9).

Durante a sua vigência, foram também instituídos os “casais agrícolas e aproveitamento de baldios”, através da Lei nº 2014, de 27 de julho de 1946, e alterados pelo Decreto-Lei nº 36 709, de 5 de janeiro de 1948, e pelo Decreto-Lei nº 37 054, de 9 de setembro de 1948.

A Constituição de 1976 omitiu qualquer referência ao casal de família e em 1977 o legislador impediu o estabelecimento de novos casais de família.

O Decreto-Lei nº 329/82, de 17 de Agosto de 1982, veio determinar o fim deste regime, permitindo a inscrição, averbamento e registo de ónus e encargos sobre o casal de família.

Ora se é compreensível que durante o período revolucionário, em virtude da reforma agrária, este instituto fosse extinto, porque se encontra nos antípodas dos fundamentos do colectivismo agrário, já não se entende a razão de o casal de família não ter sido reposto após o fim dessa reforma.

Fazemos nossas as palavras de SALTER CID (1996:112) que se debruçou sobre este assunto e que a propósito escreveu tratar-se de um caso que “pode constituir uma protecção eficaz da casa de morada de família, embora dependente da vontade para a sua instituição em casal de família”.

## DAS PROPOSTAS PARA O FUTURO

O legislador português concede alguma tutela relativamente à casa de morada de família.

Desde logo nas atribuições preferenciais da casa de morada de família, em caso de morte, como consta dos artigos 1106º e 2103ºA a 2103ºC do Código Civil (CC); Mas também quando impõe o consentimento de ambos os cônjuges para a sua alienação, oneração, arrendamento ou constituição de outros direitos pessoais sobre a mesma, mesmo sendo bem próprio de um dos cônjuges (artº 1682º A, nº2 CC); O mesmo acontece no arrendamento, em que se impõe o consentimento de ambos para a resolução, oposição à renovação ou à denúncia do contrato de arrendamento pelo arrendatário, bem como a cessão da posição de arrendatário e a revogação do arrendamento por mútuo consentimento (art.º 1682-B CC); Também essa protecção se verifica se o imóvel arrendado constituir casa de morada de família, tendo neste caso as comunicações dos senhorios, para extinção ou modificação de renda nos arrendamentos antigos, que ser dirigidas a ambos os cônjuges (art.º 12º da Lei nº6/2006, de 27/2); Ainda, quando o local arrendado é casa de morada da família, o requerente deve indicar também como requerido o cônjuge do arrendatário que não seja parte do contrato de arrendamento (art.º 6 do DL nº1/2013 de 7/01); Igual tutela se verifica quando é imposta aos cônjuges a escolha da residência de família por comum acordo (art.º 1673º CC); outrossim, a tutela da casa de morada de família relativamente aos unidos de facto (artº 4 e 5 da Lei 7/2001 de 11/5); Ou, ainda, a tutela da casa de morada de família em caso de divórcio. Como se pode ler num acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 24-01-2008:

“O direito ao arrendamento da casa de morada de família deve ser atribuído ao cônjuge ou ex-cônjuge que mais precise dela; a premência da necessidade é o fator principal a atender; quanto à «situação patrimonial» dos cônjuges ou ex-cônjuges, trata-se de saber quais são os rendimentos e proventos de um e outro, uma vez decretado o divórcio ou a separação judicial de pessoas e bens, assim como os respetivos encargos; haverá que considerar ainda as demais «razões atendíveis»: a idade e o estado de saúde dos cônjuges ou ex-cônjuges, a localização da casa relativamente ao local de trabalho de um ou outro, o facto de algum deles dispor eventualmente de outra casa em que possa estabelecer a sua residência, etc.; o importante é a necessidade ou a premência da necessidade, cabendo aqui ajuizar da posição pessoal e patrimonial que mais vulnerabilizada ficou, em consequência do divórcio”.

Não obstante, entendemos que a protecção da casa de morada de família, no nosso ordenamento jurídico, fica aquém do postulado na Constituição, mormente no que toca à dimensão familiar e do direito à habitação constante do princípio da dignidade, uma vez que pode ser penhorada. Impõe-se, portanto, uma nova abordagem.

Neste sentido enunciamos a recomendação nº R (81) 15, adoptado pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa que sugere o seguinte “ As legislações nacionais poderão prever um sistema de registo do direito de ocupação que torne este último oponível a terceiros”.

Por outro lado, tendo em conta a crise económica que as famílias atravessam, é mister proteger a família não só de terceiros, mas também dos seus próprios membros.

Outrossim, tem acuidade a questão de saber se uma excessiva protecção poderá dificultar o acesso ao crédito por parte daqueles que apenas podem dar como garantia a sua habitação. É uma questão pertinente que, inclusive, esteve na base da decisão do governo francês, em 2013, de consagrar a penhorabilidade do bem de família, e que há muito era discutida (Terré; Simler, 2001:60). Porém achamos preferível ter uma solução que limite a execução da “sede” familiar do que termos esta desprotecção evidente da casa de morada de família.

Destarte, entendemos que o ordenamento jurídico português poderia contemplar duas soluções:

Em primeiro lugar seria profícuo estabelecer-se a impenhorabilidade da casa de morada de família. Desta forma, deveria ser possível proceder-se à inscrição de um imóvel no registo predial como casa de morada de família; ou, ao averbamento à inscrição no registo predial como casa de morada de família, quando o direito de propriedade desta já se encontra inscrito no registo predial em nome do titular da casa de morada de família. Esta não seria, em princípio, susceptível de penhora, excepto quanto ao crédito concedido para a sua aquisição. No caso de incumprimento relativo ao crédito hipotecário constituído para a sua aquisição, de modo a precaver o risco de as famílias perderem a sua casa, fazemos nossas as palavras de ANTÓNIO MARTINS (2014:27),

“sem prejuízo da dação em cumprimento do imóvel hipotecado, o devedor deveria ter o direito potestativo a celebrar contrato de arrendamento com o credor hipotecário – ou com quem adquirisse o imóvel em processo judicial -, devendo prever-se um regime de arrendamento supletivo, caso não houvesse acordo entre as partes, incluindo nesse regime a determinação da renda por aplicação de critérios do mercado de arrendamento na zona geográfica do imóvel”.

Estaríamos aqui perante uma situação semelhante ao sale and lease-back (Morais, 2011; Marques, 2001; Campos, 1994).

A segunda solução que o legislador português poderia contemplar, seria a instituição do casal de família.

Neste sentido, um agregado familiar ou um conjunto de pessoas unidas por laços familiares, poderia livremente instituir um imóvel como casal de família. Este bem ou casal de

família seria, em princípio, impenhorável e, inalienável. Este instituto seria exclusivamente destinado a bens imóveis e, só produziria os seus efeitos depois de registado como tal na Conservatória do Registo predial. A alienação ou troca do casal de família por outro só seria possível mediante as regras estabelecidas no pacto instituidor do casal de família, e poder-se-iam impor regras relativamente à votação em assembleia familiar.

À semelhança do direito brasileiro a sua impenhorabilidade comportaria excepções, tais como créditos resultantes da falta de pagamento de pensão de alimentos ou casos em que a aquisição do imóvel, registado como casal de família, tivesse origem em fundos provenientes de actividades ilícitas.

É nosso entendimento que estas duas soluções preconizadas, da impenhorabilidade da casa de morada de família, por um lado, e da instituição do casal de família, por outro, acautelariam o direito à habitação por parte das famílias, contribuiriam para resolver o premente problema social, daqueles que em virtude da crise económica se encontram em sério risco de perderem as suas habitações, ao mesmo tempo que representaria um estímulo à família, ao fortalecimento dos seus valores e ao recrudescimento dos seus laços.

Por si só, o casal de família seria uma solução ajustada para a protecção da casa de morada de família, para a manutenção da propriedade na esfera familiar e, principalmente, constituiria uma forma de proteger a propriedade, enquanto sustento da família.

A consagração do casal de família, por parte do legislador nacional, seria uma maneira congruente de a propriedade cumprir uma função social, ter uma finalidade familiar, mantendo-se o respeito pela autonomia da vontade da família e dos cidadãos, dada a constituição voluntária do casal de família que propomos.

O argumento de que o bem de família apenas aproveita às classes mais abastadas não tem em nós acolhimento, na medida em que as sociedades familiares (Martinez de Campos, 2004), sociedades comerciais ou civis, já há muito resolveram o problema da manutenção e da transmissão do património familiar dos clãs mais privilegiados. Destarte, estima-se que mais de 70% de todas as empresas em Portugal tenham uma estrutura e uma propriedade familiar<sup>6</sup>, o que pode significar efectivamente que as famílias mais privilegiadas já encontraram no universo societário, seja comercial seja civil, ou com contornos fiduciários (Campos e Tomé, 1999), soluções

---

<sup>6</sup> Fonte: associação das empresas familiares, <http://www.empresasfamiliares.pt/>

que permitem a manutenção do património no seio da família. Não deixa de ser alheio, o facto de haver empresas com centenas e até milhares<sup>7</sup> de anos que nunca saíram da esfera familiar.

Deste modo, somos a concluir que a instituição do casal de família e a consagração da impenhorabilidade da casa de morada de família poderiam constituir uma alternativa credível à desprotecção evidente da residência familiar, consubstanciando uma forma exequível de materializar a dimensão familiar da dignidade humana no direito e na sociedade portuguesa.

## CONCLUSÃO

O princípio da dignidade humana, fundamento maior do direito enquanto ciência antropológica, só encontra efectividade quando articulado com outros axiomas, nomeadamente o direito à habitação e o direito de protecção da família. Quer o direito à habitação, quer o direito de protecção da família, encontram-se plasmados nas constituições portuguesa e brasileira, e em vários preceitos de direito internacional.

O ordenamento jurídico português que consagra constitucionalmente a inviolabilidade da dignidade da pessoa humana, a protecção da família e o direito à habitação, não preconiza uma protecção efectiva da casa de morada de família, permitindo que esta seja penhorada.

Numa época marcada por uma profunda crise económica, em que muitas famílias se encontram em risco de perderem as suas habitações, urge encontrar soluções.

É nossa convicção que o legislador deveria adoptar uma das duas propostas que nos parecem ajustadas à conjuntura de crise económica e às necessidades dos cidadãos e das famílias. Em primeiro lugar, dever-se-ia estabelecer a impenhorabilidade da casa de morada de família. Em segundo lugar, instituir o casal de família em Portugal, em princípio, impenhorável e inalienável, um pouco à semelhança do que acontece no Brasil com o bem de família voluntário.

Efectivamente, a consagração da impenhorabilidade da residência familiar e a instituição do casal de família em Portugal poderia desempenhar um papel preponderante na realização da dimensão familiar da dignidade humana, respondendo a um grave problema social, que afecta milhares de famílias, e para o qual o direito ainda não encontrou resposta apropriada.

Note-se que recentemente, em janeiro de 2016 foram aprovados três projetos sobre a impenhorabilidade da casa de morada de família, mas só em casos excepcionais. A

---

<sup>7</sup> A empresa japonesa *Kongo Gumi*, foi fundada no ano de 578; a também nipónica *Nisiyama Onsen Keiunkan*, tem mais de 700 anos; a empresa austríaca *Stiftskeller St. Peter*, foi fundada em 803. Fonte: 10 empresas com 1.000 anos ou mais, *revista exame Brasil*, <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/10-empresas-com-1-000-anos-ou-mais-sim-voce-leu-certo#4>.



impenhorabilidade nestes projectos é uma exceção e não a regra, tal como preconizamos. Num deles pretende-se garantir a impenhorabilidade e a impossibilidade de execução de hipoteca do imóvel de habitação própria e permanente por dívidas fiscais (Projeto de Lei nº 86/XIII/1.ª). Outro tem por objeto proteger a casa de morada de família no âmbito de processos de execução fiscal (Projeto de Lei nº 87/XIII/1.ª). O terceiro estabelece um regime de impenhorabilidade da habitação própria e permanente fixando restrições à penhora e à execução de hipoteca (Projeto de Lei nº 88/XIII-1ª).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATTALI, Jacques. (1999), **Fraternités – une nouvelle utopie**. Ed. Fayard.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. (2007), “Bem de família internacional – necessidade de unificação”. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, V. 102, Jan/dez., págs. 101-111.

\_\_\_\_\_(2002), **Bem de família e a Lei 8.009/90**. 5. ed. São Paulo, RT.

BENJAMIN, Antônio Hermann. (1997), “Reflexões sobre a hipertrofia do direito de propriedade na tutela da reserva legal e das áreas de preservação permanente”. Anais do 2º Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo: Imprensa Oficial.

BUREAU, Paul. (1895) **Le Homestead ou L’insaisissabilité de la Petite Propriété Foncière**. Paris: Arthur Rousseau.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. (2007), **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora.

\_\_\_\_\_(1998) **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina.

CAMPOS, Diogo Leite de. (1982) “Nota sobre a admissibilidade da locação financeira restitutiva («lease-back») no direito português”. **Revista da Ordem dos Advogados**, Ano 42, Lisboa.

\_\_\_\_\_(1994), **A locação financeira**. Lisboa: Lex.

CAMPOS, Diogo de Leite; TOMÉ, Maria João Romão Vaz. (1999), **A Propriedade Fiduciária (Trust) - Estudo para a sua consagração no Direito Português**. Coimbra: Almedina.

CAMPOS, Mónica Martinez de. (2004), **Les sociétés de famille**. <http://www.theses.fr/2004PA020078> - Réf. ANRT: 46346 Identifiant BU: 04PA020078 - 610 pages - Disponible au format microfiche (<http://www.diffusiontheses.fr/46110-these-de-romano--martinez-leite-de-campos-monica-isabel.html>)

\_\_\_\_\_(2013), “O trust como instrumento de preservação da propriedade familiar”. **Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais**, Nº 19, págs 51 a 83.

CID, Nuno de Salter. (1996), **A protecção da casa de morada de família no direito português**. Coimbra: Almedina.

**Código do Registo Predial.** (1970), Edição actualizada e anotada, Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos registos e do notariado, Lisboa Imprensa Nacional, 1970.

COELHO, Pereira Francisco; OLIVEIRA, Guilherme de. (2001), **Curso de direito da família.** V. I, 2ª edição, Coimbra: Coimbra Editora.

CORDEIRO, Xavier. (1933), **O problema da vinculação e do casal de família.** 2ª ed. Lisboa.

CREDIE, Ricardo Arcoverde. (2004), **Bem de família: teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Saraiva.

CRUZ, Manuel Braga da. (1982), “O integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo”. **Revista Análise Social** vol. XVIII (70), 1982-1.º.

CZAJKOWSKI, Rainer. (2002), **A Impenhorabilidade do Bem de Família:** comentários à Lei 8.009/90. 4. ed. Curitiba: Juruá.

DUGUIT, Léon. (1913), **Les transformations du droit public.** Librairie Armand Colin: Paris.

ECO, Umberto; MARTINI, Carlo Maria. (1999), **Em que crêem os que não crêem.** Editora record, 1ª edição.

FRANCO, António de Sousa. (1997), **As finanças públicas na I República:** a continuidade das finanças débeis. História de Portugal, V.XI. Clube internacional do livro.

FURTADO, Jorge Henrique da Cruz Pinto. (1992), “Valor e eficiência do Direito à habitação à luz da análise económica do Direito”. Direito, ano 124.

GUYON, Yves. (1966), “Le statut du logement familial en droit civil”. J.C.P., 1966, I

HERCULANO, Alexandre. (1866), **Casamento Civil, por ocasião do opúsculo do Sr. Visconde de Seabra sobre este assunto.** Lisboa: Typographia Universal.

LOBÃO, Manuel de Almeida e Souza de. (1817), **Tractado histórico, encyclopedico, critico, practico sobre todos os direitos relativos a caza, quanto às materias civis, e criminaes:** dividido em três partes, etc. Lisboa.

MARQUES, João Paulo Fernandes Remédio. (2001), “Locação financeira restitutiva (sale and lease-back) e a proibição dos pactos comissórios – negócio fiduciário, mútuo e ação executiva”. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, vol. 77, Coimbra.

MEDINA, João. (1997), **O sidonismo ou a República fracturada.** História de Portugal. V.XI, Clube internacional do livro.

MENEZES, Filipe Ribeiro de Menezes. (2009), **Salazar.** D. Quixote, 4ª edição.

MIRANDA, Jorge. (2000), **Manual de Direito Constitucional, Direitos Fundamentais,** Tomo IV. 3ª edição, Coimbra: Coimbra Editora.

MIRANDA, Jorge, MEDEIROS, Rui. (2005), **Constituição Portuguesa Anotada, Volume I**. Coimbra: Coimbra Editora.

MODERNE, Frank. (1996), **“La dignité de la personne comme principe constitutionnel dans le Constitutions Portugaise et Française”**. Organização de Jorge Miranda, Perspectivas Constitucionais nos 20 anos da Constituição de 1976. Vol. I. Coimbra: Coimbra Editora.

MORAIS, Fernando de Gravato. (2011) **Manual da Locação Financeira**. 2ª ed. Coimbra: Almedina.

MOREIRA, Vital; CANOTILHO, Gomes. (1993), **Constituição da República Portuguesa Anotada**. 3ª ed, Coimbra: Coimbra Editora.

NOVAIS, Jorge Reis. (2010), **Direitos Sociais**. Coimbra: Coimbra Editora.

PINTO, Jaime Nogueira. (2007), **António de Oliveira Salazar, o outro retrato**. Lisboa: Esfera dos livros, 4ª edição.

RAPOSO, Hipólito. (1945), **As folhas do meu cadastro**. Lisboa.

RAWLS, John. (2001), **Justice as Fairness: a restatement**. Cambridge: Harvard University Press.

ROUSSEAU, J.J. (1995), **Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens**. 3ª ed., Edição Europa-América.

\_\_\_\_\_(2003), **O contrato Social**. Edição Europa-América.

SALAZAR, António de Oliveira. (1991), **Como se levanta uma nação**. Lisboa: mobilis in mobile.

SARDINHA, António. (1959), **Ao princípio era o verbo**. Lisboa. Restauração, 2ª edição.

SARLET, Ingo Wolfgang. (2004), **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado.

SCHOPENHAUER, Arthur. (2001), **Sobre o Fundamento da Moral**. Martins Fontes.

SOARES, Rogério Ehrhardt; CAMPOS, Diogo de Leite. (1990), “A família em Direito Constitucional Comparado”. **Revista da Ordem dos Advogados**, ano 50 (1990), I, p.5 e ss.

SOROMENHO-MARQUES. (1995), **Introdução à fundamentação da metafísica dos costumes**. Porto: Porto Editora.

TELO, António. (1997), **A Economia da República**. História de Portugal, V.XI, clube internacional do livro.

TERRÉ, F., SIMLER, P. (2001), **Droit Civil, les régimes matrimoniaux**. 3ème éd., Paris: Dalloz.

VENOSA, Silvio de Salvo. (2001), **Direito Civil**. Atlas.

WAPLES, Rufus. (1906), **Études sur le Droit Civil des États-unis de l'Amérique du Nord**, de Ernest Lehr. Librairie de la Société du Recueil J. B. Sirey.

**ACÓRDÃO do Tribunal Constitucional nº 649/99**, de 24 de Novembro de 1999, Cons. Relator Bravo Serra. Acesso em 11 nov. 2015. Disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19990649.html>

Acórdão do STJ de 5.3.2015, **Revista n.º 3762/12.9TBCSC-B.L1.S1** - 2.ª Secção; Relator João Trindade. Acesso em 11 nov. 2015. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/78def0775682199780257e000059f470?OpenDocument>

**Acórdão do TRG de 07.05.2003. Processo 1267/06-1**; Relator Manso Rainho; Processo 1267/06. Acesso em 11 nov. 2015. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/0/8cdbfec3ddb9cbe2802571ff004c80b8?OpenDocument>

**Acórdão do TRG de 24-01.2008, Processo 2372/07-2**; Relator Augusto Carvalho. Acesso em 12 dez. 2015. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/ff9ab917677b0509802573f70052f885?OpenDocument&Highlight=0,O,direito,ao,arrendamento,da,casa,de,morada,de,fam%C3%ADlia,deve,ser,atribu%C3%ADdo,ao,c%C3%B4njuge,ou,ex-c%C3%B4njuge,que,mais,precise,dela>

**Acórdão do TRG de 25.03.2010. Processo nº 1880/08.7TBFLG-B.G1**; Relator António Ribeiro. Acesso em 11 nov. 2015. Disponível em <http://www.dgsi.pt/JTRG.NSF/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/c69a4c64d9a3af67802577290052c105?OpenDocument>

MARTINS, António. (2014), “A protecção da casa de morada de família” **Revista Julgar**, maio 2014. Acesso em: 12 dez. 2015. Disponível em [http://www.cjlp.org/materias/Antonio\\_Martins\\_A\\_protecao\\_da\\_casa\\_de\\_morada\\_de\\_familia.pdf](http://www.cjlp.org/materias/Antonio_Martins_A_protecao_da_casa_de_morada_de_familia.pdf).

MARTINS, Sergio Avila Doria. (2008), “O bem de família mobiliário no novo Código Civil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1727, 24 mar. 2008. Acesso em: 12 jan. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11078>.

**Preâmbulo do Decreto-Lei nº 18 551, de 3 de julho de 1930**, publicado no DIÁRIO DO GOVERNO, 1a série, nº 152, pág. 1232. Acesso em 14 jan. 2016. Disponível <https://dre.pt/application/file/223909>

**Projeto de Lei nº 86/XIII/1.ª** Acesso em 15 jan. 2016. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a53556b7664475634647397a4c334271624467324c56684a53556b755a47396a&fich=pjl86-XIII.doc&Inline=true>

**Projeto de Lei n.º 87/XIII/1.ª**. Acesso em 15 jan. 2016. Disponível em <http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a53556b7664475634647397a4c334271624467334c56684a53556b755a47396a&fich=pjl87-XIII.doc&Inline=true>

**Projeto de Lei n.º 88/XIII-1ª**. Acesso em 15 jan. 2016. Disponível em

<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626d6c7561574e7059585270646d467a4c31684a53556b76644756346447397a4c334271624467344c56684a53556b755a47396a&fich=pjl88-XIII.doc&Inline=true>

*Trabalho enviado em 18 de março de 2016.*

*Aceito em 17 de abril de 2016.*